



## ENSAIO SOBRE O CONCEITO DE ENUNCIÇÃO

### ESSAY ON THE CONCEPT OF ENUNCIATION

Elza Moreira Alves (PPGL-UNEMAT/IFRO)<sup>1</sup>  
[elza.moreira@ifro.edu.br](mailto:elza.moreira@ifro.edu.br)

Marcos Aurélio Bitencourt dos Santos (PPGL-UNEMAT)<sup>2</sup>  
[aurelio.marcos@unemat.br](mailto:aurelio.marcos@unemat.br)

Vanuza de Paula Siqueira (PPGL-UNEMAT/IFRO)<sup>3</sup>  
[vanuza.siqueira@unemat.br](mailto:vanuza.siqueira@unemat.br)

## INTRODUÇÃO

Neste ensaio, propomo-nos a refletir sobre o conceito de enunciação pautado pelos semanticistas, Michel Bréal, Émile Benveniste, Oswald Ducrot e Eduardo Guimarães. É este, portanto, o percurso que faremos, em busca de diferentes aspectos que caracterizam a enunciação enquanto conceito proveniente da Semântica da Significação.

Cabe mencionar que Semântica é a ciência que estuda a significação e a significação é o sentido na linguagem. Assim, a teoria de linguagem e significado de Bréal (1992) é cognitiva, pragmática e dialógica porque para que um falante compreenda uma oração é preciso levar em conta os seguintes fatores: o falante, o ouvinte, a intenção, o contexto e as palavras.

Ainda para Bréal, o funcionamento da língua ocorre pela injunção humana e, portanto, há uma intervenção histórica no processo de significação. Dessa maneira, para este teórico, o que interessa na significação é o que ela tem de linguístico, que é distinto

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, *campus* Cáceres. Professora EBTT do IFRO, *campus* Vilhena.

<sup>2</sup> Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, *campus* Cáceres.

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, *campus* Cáceres. Professora EBTT do IFRO, *campus* Vilhena.



das coisas e do pensamento. A significação deve ser compreendida como um processo no qual incidem instâncias não psicológicas. Nesse sentido, com relação ao funcionamento da linguagem, Bréal não elabora conceito direto a respeito da enunciação, mas suas reflexões conjecturam a subjetividade na linguagem, pois para ele a linguagem é o agenciamento gramatical que reproduz os movimentos dos personagens. Ocorre, portanto, o agenciamento pelo desejo do sujeito indiciado pela locução dos aspectos da subjetividade que determinam especificamente a enunciação. Isso porque quem produz a linguagem intervém o tempo todo na ação para misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal. Em resumo, o sujeito é ao mesmo tempo espectador e autor dos acontecimentos porque se apropria da linguagem, a subjetiva e a faz significar em seu discurso.

Compreendendo isso, temos o aval para afirmar que Bréal não criou conceito próprio de enunciação, mas abriu espaço para que outros teóricos pudessem elaborar algo no viés de que as formas somente adquirem sentido através do ato de enunciação.

Bally (1932), ao abordar a enunciação diz que esta comunica o pensamento. Bally trata a linguagem na sua relação com o pensamento, mas não a trata como expressão do pensamento. Desse modo, se a enunciação comunica o pensamento<sup>4</sup>, a frase é a forma mais simples para esta comunicação. A comunicação, por sua vez, é feita pelo sujeito falante, contudo a forma que assume a comunicação do pensamento envolve outro sujeito; o sujeito pensante. Dessa maneira, toda comunicação do pensamento possui um *dictum* e um *modus*. No primeiro caso, o *dictum* é correlativo da representação recebida pelos sentidos, a memória ou a imaginação. No segundo caso, o *modus* é correlativo da operação do sujeito pensante. O *modus* é dotado de um verbo modal e um sujeito modal, ou seja, um sujeito pensante. *Modus* traz um julgamento, a expressão de um sentimento ou de vontade a propósito do *dictum*.

---

<sup>4</sup> O pensamento na teoria de Bally é uma reação à representação (elemento ativo e elemento passivo, respectivamente) que constitui uma comunicação (frase). Entendendo a representação como o signo com o qual o indivíduo interage, a reação, nesse sentido, configura aquilo que Austin (1990) chama de forças ilocutórias da locução. Dessa forma, somos instigados a pensar nos proferimentos, termo e conceito da teoria de Austin, como uma enunciação, já que apresenta não só o como se reage a algo, mas também no resultado do ato. Seria a enunciação aí configurada numa pragmática integrada, como entendemos em Ducrot, que apresenta um locutor/sujeito virtual para a língua? (cf. BARBISAN, 2002).



Na visão de Bally, estes dois sujeitos não necessariamente se coincidem de tal modo que a enunciação pode-se ter algo comunicado pelo sujeito falante atribuído a outro sujeito pensante. Assim, um sujeito falante pode comunicar um pensamento que é seu, embora tais pensamentos possam coincidir. Mesmo que os dois sujeitos se coincidam, o que fala pode comunicar algo diferente daquilo que ele pensa em seu íntimo, é o que Bally chamou de “desdobramento da personalidade”, o que mais tarde ficou conhecida como a polifonia e que apresentou outra questão decisiva: a significação a qual, para Bally, não é psicológica mas sim linguística, ou seja, a significação é aquilo que o signo traz, mas esta pode estar em contradição com o pensamento daquele que emprega o signo.

No livro **Problemas de Linguística Geral II**, (1974<sup>5</sup>), especificamente no capítulo *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste trata do seu conceito de língua e define o termo enunciação. Ele parte da reflexão acerca do funcionamento da língua para observar que as formas só adquirem sentidos através do ato da enunciação, haja vista ser esta a responsável por converter a língua em discurso. Para ele, o emprego da forma possibilita descrições precisas com técnicas de comprovação, em contrapartida, o emprego da língua é diferente, pois se trata de um fenômeno de difícil apreensão. Nesse sentido, a língua é mobilizada pelo locutor, no ato individual, para significar. Todavia, não se pode perder de vista que Benveniste (1989, p. 84) ao estudar a enunciação, afirma que ela afeta a língua inteira como um processo de apropriação e nesse processo o falante enuncia sua posição de locutor, pela qual constrói seu universo próprio de referências as quais significam e dão-lhes significado.

Há que se considerar, portanto, que o falante imputa ao aparelho formal, ou seja, ao objeto linguístico, as marcas de subjetivação da língua na produção de sentidos. Sob este viés, a enunciação para Benveniste poderia apresentar-se no interior de um aparelho formal. Esse aparelhamento seria capaz de autenticar o modo como o processo de semantização ocorre na linguagem. Para ele, cada enunciação é um ato que serve ao propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum sentimento, social ou de outro

---

<sup>5</sup> 1974 foi o ano da publicação da obra. Posteriormente, utilizaremos 1989, ano de publicação da obra no Brasil.

tipo, então, a linguagem, na função de comunicar, se manifesta não como um instrumento de reflexão, mas sim como um modo de ação.

A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Nesse prisma, o ato individual pelo qual se passa a língua introduz o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação, haja vista que, para Benveniste enunciação é

este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. (...) É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é o nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. (BENVENISTE, 2006, p. 82)

Isso quer dizer que o locutor se apropria da língua e enuncia sua posição de locutor e, para tanto, este locutor o faz por meio de índices específicos e também por meio de procedimentos acessórios. Ao se declarar locutor e assumir a língua, ele, o locutor, implanta o outro diante de si. É por esse motivo que nesta teoria toda enunciação é explícita ou implicitamente uma alocução e que postula um alocutário. Em outras palavras, segundo Benveniste, “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (1989, p. 83), mas depois disso “a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno (1989, p. 83-4). No que tange à realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação.

Além disso, no ato individual de apropriação da língua há a inserção de quem fala à sua fala (marcas), e este ato individual é um dado constitutivo da enunciação, pois a presença do locutor em sua própria enunciação possibilita que cada instância discursiva promova um centro de referência interno. Assim, o locutor é colocado em relação de responsabilidade com sua enunciação, já que o seu ato de enunciação apresenta/aponta para os vestígios de pessoa, espaço e tempo relativos a sua discursividade.

O objeto da semântica não é o texto do enunciado, mas sim o próprio ato de produzir um enunciado. Esse ato é a ação de mobilizar a língua individualmente de modo

tal que a relação dele com a língua é o que vai determinar os caracteres linguísticos da enunciação, ou seja, a enunciação deve ser considerada como agenciamento da língua pelo locutor e partir disso se percebe os caracteres linguísticos que marcam a relação entre locutor e língua (GUIMARÃES, 1995, p. 82).

Cabe salientar que, segundo Benveniste (1989), na enunciação a língua se acha empregada para a expressão em certa relação com o mundo, isso é, com certeza, para o locutor, a necessidade de referir por intermédio do discurso entre ele o outro, pois no senso pragmático, a possibilidade de co-referir faz de cada locutor um co-locutor. Nesse sentido, a referenciação faz parte da enunciação.

A seguir faremos a abordagem da enunciação na perspectiva de Oswald Ducrot. Ducrot (1987) afirma que para empreender a descrição semântica de uma língua, como um sistema, como conjunto de ditos e não-ditos, deve-se desde o início mencionar certos aspectos da atividade linguística que essa língua realiza. Em estreita relação com Bally, Ducrot desenvolve seus percursos teóricos sobre a enunciação a partir da ideia de reação. O pensamento, entendido como uma reação a um objeto, comunica um pensamento que pertença a outro enunciador, distinto do que enuncia – emerge aí a concepção polifônica desse autor.

A enunciação, conforme define Ducrot (1987) é um acontecimento histórico do aparecimento do enunciado. Nesse prisma, o conceito de enunciação não é remetido ao sujeito. Ele constrói a teoria do sujeito da enunciação como representação que os enunciados fazem de sua enunciação. Assim, distingue três duplas de categorias de sujeito: falante/ouvinte; locutor/alocutário; e enunciador/destinatário. A primeira categoria não é linguística, então, não faz parte do objeto da semântica, enquanto que as outras duas categorias, locutor/alocutário e enunciador/enunciário, o fazem.

O locutor é a figura da enunciação. É o “eu” na enunciação, é o responsável pela enunciação em que ocorre o enunciado. Ducrot (1987) distingue o locutor em dois: o locutor-L, aquele que se representa como fonte do dizer e o locutor- $\lambda$ , aquele que é locutor-enquanto-pessoa-no-mundo. Aquele que se vê obrigado a responder ao locutor é o seu alocutário. Dessa forma, o locutor-L, para Ducrot, constitui-se no dizer, pela forma

do enunciado, responsável pela enunciação; por outro lado, o locutor- $\lambda$  é a referência do enunciado no mundo de tal forma que só o sabemos por meio do locutor-L, quem o diz.

Além disso, Ducrot aponta o fato de que o ato locucional que culmina na enunciação coloca sempre dois enunciadores em cena, mas que reagem de modo oposto ao mesmo conteúdo. A enunciação contempla um sentido que outro enunciado, por oposição, indicará o mesmo sentido numa ação inversa. São os ditos e não-ditos que se apresentam no jogo argumentativo da língua. Essas enunciações possuem os vestígios das forças ilocucionais (Austin, 1990) que orientam as demais enunciações seja na oposição ou no encadeamento enunciativo. Por isso que um enunciador tem seu par demarcado, o destinatário, no qual a força ilocucional suscitará determinada e específica enunciação.

O enunciador, para Ducrot, pode comunicar um pensamento que, não necessariamente, pertença ao locutor-L. Na esteira de Bally (1965 *apud* Barbisan, 2002), Ducrot teoriza a respeito do pensamento enquanto reação à representação, que é um objeto/signo dotado de significado, admitindo que a reação a um determinado conteúdo nem sempre será legítimo de L, pois como enunciador, tem-se o sujeito empírico, o sujeito falante e o sujeito comunicante. O locutor-L pode comunicar pela sua enunciação um enunciado de outro locutor mesmo que a ele não se identifique, mas apresente para contra-identificar-se por exemplo. Essas prerrogativas funcionam também para o destinatário.

Guimarães (1995), afirma que o alocutário da teoria de Ducrot, representa duas figuras distintas: alocutário-AL e alocutário-al. O primeiro representa a figura para a qual a ação de perguntar é endereçada. O segundo é a pessoa no mundo. Assim, a enunciação de um enunciado não registra apenas uma única figura de sujeito.

Conforme teoriza Guimarães (1995), a partir da distinção entre o locutor-L e o locutor- $\lambda$  e seus correlatos, constitui-se o primeiro nível da polifonia. Isso permite compreender que a enunciação de um enunciado representa papéis diferentes de sujeito. Esta representação é constitutiva de seu sentido. Por isso, diz-se que a enunciação de um enunciado não tem uma única figura de sujeito. Assim, segundo Guimarães (1995, p.60) “o enunciador é a figura de sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação” que é o ato de colocar a língua em funcionamento por um sujeito. A enunciação não é o texto do



enunciado, ela é uma manifestação individual em que o sujeito põe a língua para funcionar. A enunciação proposta por Guimarães é um acontecimento que não se repete e que tomada assim, como um acontecimento que não possui repetibilidade, remete-se a lugares sociais e posições-sujeitos que determinam o sentido como diferença e como processo que permite a reinscrição do sujeito na ordem do simbólico e que este simbólico possui determinações de âmbito externo da língua.

Nesse sentido, a partir de condições sociais e históricas, a enunciação apresenta também o alocutor-x, cujo correlato é alocutário-al-x, que se relacionam com as figuras do locutor-L e Locutor-AL da teoria de Ducrot. O que se diz numa enunciação é dito de um lugar social que se dirige ao outro que também está assentado num lugar social. A cena enunciativa encarrega-se de constituir essas relações. Percebe-se, nessa disposição teórico-analítica, que o Locutor-enquanto-ser-no-mundo e o alocutário-enquanto-ser-no-mundo, não participam do desenvolvimento do espaço de enunciação. Daí de a principal distinção entre Ducrot e Guimarães estar no fato de que quem fala na teoria do primeiro é um sujeito empírico, enquanto no segundo é um sujeito político.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reação, acontecimento histórico, agenciamento da língua e agenciado pela língua. Por meio desses quatro conceitos diferentes, noções de enunciação são construídas. Há em todo caso uma preocupação já inaugurada em Bréal com o processo de significação, que se configura em instâncias distintas da linguagem para cada teórico.

Bally observa a enunciação como uma organização reativa em relação a um objeto (representação/signo). Para ele, o pensamento constitui a forma como determinados objetos são tomados pelo ato de agir no mundo, implicando que a ação apresenta uma reação ao objeto. Até aqui, o teórico não aborda a enunciação situada no tempo, como o faz Ducrot, quando menciona que a enunciação é um acontecimento histórico. Nesse sentido, a enunciação para Ducrot é a constituição de um pensamento que reage a objetos



em um determinado momento e que subentende um pensamento contrário ao objeto. Isso o leva a pensar que a enunciação, ao ser uma forma de reação (um pensamento), possa não pertencer ao indivíduo que a realiza. Sobre Bally, Ducrot chama a atenção sobre o fato de ‘um’ apontar para um pensamento qualquer, o que se abre a interpretação polifônica ainda na instância locucional. Enquanto para um a frase é um pensamento, para o outro a frase gera outras frases não-ditas.

Agora, entendendo a língua em funcionamento, Benveniste e Guimarães compreendem a enunciação como lugar de relações. Enquanto Benveniste observa que o agenciamento da língua possibilita a presença do enunciador na enunciação (*ego*), Guimarães compreende que a enunciação só ocorre porque um ser foi agenciado pela língua. Dessa forma, para ambos, a enunciação se constitui quando acontece, mas partem de lugares diferentes: um do indivíduo que age e o outro das condições sócio-históricas que fomentam o agir. Mesmo que o enunciar ocorra por percursos diferentes, ambos aceitam o fato de que a enunciação só é possível no funcionamento da língua.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer: **palavras e ação**. Trad. Apres. Danilo M. de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BALLY, C. **Linguistique générale et linguistique française**. 4. ed. Paris: Éditions Francke Berne, 1965.
- BARBISAN, Leci Borges *et al.* Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. In: **Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, v. 16, n. 32-33, 2002.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri; rev. do Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. Eduardo Guimarães, et al; rev. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.
- BRÉAL, M. **Ensaio de semântica**: ciência das significações. Trad. por Aída Ferrás et al. São Paulo, SP: EDUC, 1992.
- DUCROT, O. **Princípios de Semântica Linguística** (dizer e não dizer). São Paulo: Cultrix, 1977.



## Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD  
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU  
ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 34 • Jul 2021

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i34.381>

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Rev. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, E. “Alguns Caminhos da Pragmática”. **Sobre Pragmática**. Uberaba, Fiube, 1983.

GUIMARÃES, E. **Os Limites do Sentido**, Campinas, Pontes, 1995.

---

Recebido em: 03/09/2020 | Aprovado em: 30/10/2021.

---